

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Inovação e ciência

em

linguística,

letras e

artes

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Inovação e ciência

em

*linguística,
letras e
artes*

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo



Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia



Inovação e ciência em linguística, letras e artes

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e ciência em linguística, letras e artes /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0035-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.356220104>

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos,
Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em **INOVAÇÃO E CIÊNCIA EM LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES**, coletânea de dez capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área de Linguística, Letras e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que circundam língua de acolhimento, português brasileiro, literatura, espaço feminino e geografia urbana, biografia, espaço urbano, literaturas africanas de língua portuguesa, ensino médio, cinema na pandemia de COVID-19, além de análise sobre o espectro autista.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

LÍNGUA DE ACOLHIMENTO: DA ANÁLISE TERMINOLÓGICA À DEFINIÇÃO TERMINOGRÁFICA

Umberto Euzebio

Gabriel Dias Vidal Azevedo

Vânia Alves Beneveli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201041>

CAPÍTULO 2..... 15

PRESENÇA/AUSÊNCIA DE ARTIGO DIANTE DE NOMES PRÓPRIOS E DE PRONOMES POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB)

Odete Pereira da Silva Menon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201042>

CAPÍTULO 3..... 27

LITERATURA EM REVISÃO: A PALAVRA DA CRÍTICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Aretusa Pontes Nascimento


Danielle Castro da Silva

Lina Mendes Bezerra Machado Freitas

Luciana Rocha Cavalcante

Luiz Máximo Lima Costa

Viviane Lima Coimbra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201043>

CAPÍTULO 4..... 39


ESPAÇOS DO FEMININO E GEOGRAFIAS URBANAS NOS CONTOS DE ALICE MUNRO

Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes

Anabela Oliveira da Naia Sardo

Fátima Susana Mota Roboredo Amante

Susana Soares da Silva Rocha Relvas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201044>

CAPÍTULO 5..... 58

ESCRITAS DE MARIGHELLA: PACTOS BIOGRÁFICOS EM LIVROS E DOCUMENTÁRIO

Luiz Claudio Ferreira

Sidney Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201045>


CAPÍTULO 6..... 70

O BUGRE E A CIDADE: O ESPAÇO URBANO NA POESIA EM MANOEL DE BARROS

Mariana da Silva Santos

Renata Kelen da Rocha


Vilma da Silva Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201046>

CAPÍTULO 7..... 80

ESTUDO DA LITERATURA AFRICANA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO NO ENSINO MÉDIO

Enmilany Duarte de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201047>

CAPÍTULO 8..... 92

O ENCONTRO ENTRE ESPECTADOR E REALIZADOR NOS FESTIVAIS DE CINEMA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Talita Caselato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201048>

CAPÍTULO 9..... 103

AVALIAÇÃO DA LITERATURA NACIONAL SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Carla Tavares Jordão


Flávia Luciana Costa

Zuleica Vieira Jordão

Elian Gomes

Rodrigo Aparecido Guimarães

Hingridi de Souza Bayer Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3562201049>

CAPÍTULO 10..... 106

A MULHER MARAVILHA E O OLHAR MULTIMODAL

Ana Paula Fenelon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35622010410>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 117

ÍNDICE REMISSIVO..... 118

LITERATURA EM REVISÃO: A PALAVRA DA CRÍTICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Data de aceite: 01/03/2022

Aretusa Pontes Nascimento

Professora de Língua Portuguesa pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís-MA (SEMED)

Danielle Castro da Silva

Professora de Língua Portuguesa pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA), e pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís - MA (SEMED)

Lina Mendes Bezerra Machado Freitas

Professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís -MA (SEMED) e professora de Língua Portuguesa pela Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar

Luciana Rocha Cavalcante

Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão

Luiz Máximo Lima Costa

Professor da Rede Estadual de Ensino do Maranhão e da Rede Municipal de São Luís do Maranhão

Viviane Lima Coimbra

Professora do Instituto Federal do Maranhão e Advogada

RESUMO: Reflexões acerca da construção sócio-histórica dos termos “literatura” e “poética”. Discussão a partir das várias vertentes da crítica literária sobre o tema, desde a década de 1980 até

o momento, sob método de revisão de literatura. No presente artigo, buscou-se entender os termos “literatura” e “poética” em suas acepções teóricas e históricas, como forma de direcionar o olhar para tal possibilidade interpretativa, elucidando sob que parâmetros se fundará essa possibilidade. Pretende-se analisar a relação entre a escrita e o leitor a partir da abordagem da concepção da criação literária, confrontando as ideias circulantes de poética como inspiração e como construção intelectual, entendendo de que modo as categorias “literatura”, “poética” e “cultura” foram concebidas historicamente como forma de distinção social, após a Revolução Francesa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Poética. Criação literária. Reflexões.

ABSTRACT: Reflections on the socio-historical construction of the terms “literature” and “poetics”. Discussion from the various points of view of literary criticism on the subject, from the 1980s to the present, using the literature review method. In this article, it was sought to understand the terms “literature” and “poetics” in their theoretical and historical meanings, as a way of directing the gaze towards such an interpretive possibility, explaining under which parameters this possibility will be based. It is intended to analyze the relationship between writing and the reader from the approach of the conception of literary creation, confronting the main ideas of poetics as inspiration and as intellectual construction and understanding how the categories: “literature”, “poetics”, and “culture” were historically conceived as a form of social distinction after the French Revolution.

KEYWORDS: Literature. Poetics. Literary creation. Reflections.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a década de 80, em *O rumor da língua*, Barthes espanta o mundo falando que o nascimento do autor se dá exatamente com a sua morte (2004, p. 58). O que inicialmente parece ser um contrassenso óbvio, uma sandice ou mesmo um arroubo de um teórico experiente se explica quando ele revela um fato simples: apenas quando o autor é lido ele se torna um autor e, na mesma medida, o texto vai perdendo sua origem autoral para ser um texto propriamente, que pode ser interpretado por quem o lê, sem necessariamente estar essa interpretação vinculada a quem o escreveu. Será, pois, o texto *X* de autor *tal*, não mais o texto *tal* de autor *X*.

Ainda segundo as ideias barthesianas, a concepção de autor é profundamente moderna, no sentido de que é apenas a partir de uma valorização do “indivíduo” que se passa a pensar numa autoria não difusa, não coletiva – tal como parecia ser muitas vezes concebida a autoria na Idade Média. Em outros termos, concede-se uma atenção especial ao produtor do texto.

Tais discussões incitam um pensamento ainda mais radical. O autor é sempre o autor *de um texto*. Esse texto pode ou não ser um texto literário, bem como pode ou não ser um texto literário poético. A partir de que momento pode-se considerar um texto literário ou não, poético ou não?

2 | “LITERATURA” E “POÉTICA”

Para introduzir esses questionamentos, é interessante relembrar uma experiência de I. A. Richards na University of Cambridge, ano de 1929 (EAGLETON, 2006, p.23), quando foi proposto aos alunos de literatura que, diante de vários poemas com os nomes dos autores não revelados, se analisasse cada um livremente. Como já se pode imaginar, vários autores consagrados foram apreciados como não consideráveis pelos alunos, bem como desconhecidos, elevados.

Dessa experiência, há que se visualizar alguns pontos importantes, senão cruciais. A primeira conclusão é a de que muitas vezes *o lugar do autor* é que dá o tom de poético, menos poético ou mais poético a um texto. A segunda conclusão é a de que não existe uma essência poética propriamente dita, irrepreensível e inquestionável. A terceira é que, se avaliado um poema como um bom poema por um crítico consagrado, gerar-se-á não menos de uma opinião no mesmo sentido (o que não é muito difícil de se imaginar no dia-a-dia pela ideia corrente de voz autorizada expressa pelo famoso: “mas foi fulano quem disse!”).

Tais conclusões, por si, não são capazes de romper com uma ideia de existência do poético, mas já noticiam que o que se diz *poético* ou *não poético* não é feito por essência.

Imagine-se um trecho de um poema bastante conhecido, como *Tabacaria*, de Álvaro de Campos. “Não sou nada. / Nunca serei nada. / Não posso querer ser nada”. Pode tanto fazer parte de um famoso poema quanto ser um desabafo de um adolescente frustrado, sem saber o que fará no futuro de sua vida.

Do mesmo modo, quando diz Drummond: “No meio do caminho tinha uma pedra”, muitos se questionam o porquê de tal afirmação ser poética. Poder-se-ia dizer: “é poética porque é de Drummond”. “É poética porque a pedra no meio do caminho é uma metáfora para um obstáculo bastante difícil”. “É poética porque fala de um assunto banal, porém a partir de uma outra estética, num estranhamento do cotidiano”. “É poética porque dizem as vozes autorizadas que é poética”.

E diante de tantas possibilidades, acha-se uma essência poética no texto de Drummond? Veríamos o texto como poético se dissessem ter sido feito por alguém que estava esperando um telefonema e, enquanto isso, rabiscava um papel de qualquer jeito, assistindo a um filme em que um carro tinha sua passagem impedida por uma pedra enorme? E se esse texto fosse não escrito, mas anunciado por alguém que trabalha em uma pedreira ao chegar à sua casa? Caso vários críticos da Literatura dissessem não ser esse texto poético, o seria ele aos olhos das pessoas? Se fosse feito tal exercício com outros poemas, quais resultados se obteriam?

Tais considerações são feitas por Terry Eagleton, a partir de outras exemplificações, no seu livro *Teoria da Literatura*, no ano de 1985. Segundo o autor, pensar em literatura é pensar ideologicamente: “A literatura, no sentido que herdamos da palavra, é uma ideologia. Ela guarda as relações mais estreitas com questões do poder social” (EAGLETON, 2006, p. 33). O autor desenvolve, ao longo dessa obra, um esboço histórico da *construção* da ideia de literatura a partir da Inglaterra, expandindo-se para o mundo ocidental, passando por várias vertentes da crítica.

A virada epistemológica no ramo das ciências sociais no início do século XX, nascida de um desencanto em relação às teorias iluministas, que eram inspiradas em um pressuposto de verdade científica, não só começou a colocar em questão o que havia de mais basilar no campo da busca legitimada do conhecimento humano, como também conseguiu despertar uma revisitação de conceitos antes considerados inquestionáveis.

Assim, se antes pensar em cultura – de que as noções de “literatura” e “poética” fazem parte – necessariamente era se pensar em um acúmulo de saberes reunidos sistematicamente só por algumas civilizações privilegiadas, se havia um parâmetro de cultura como a cultura de uma parte destacada da sociedade, a partir de tal virada epistemológica começa-se a pensar na possibilidade de uma cultura “do povo”.

Do mesmo modo, a idéia de que somente existe uma literatura centrada na palavra escrita é posta em xeque, quando se começa a analisar tais produções culturais – muito menos por uma pretensão de justiça ideológica que por uma releitura dos conceitos anteriores manifestamente marcados pelo etnocentrismo. Assim, não será mais possível

compreender certos conceitos como unívocos, sobretudo quando a teoria relativista entra em cena, como se verá.

A partir do final do século XX (período pós-imperialismo europeu), sentindo-se os efeitos de ideias de formação cultural por anos reiteradas em várias gerações e em várias origens, sentindo-se a responsabilidade que advém de séculos de teorias que de alguma forma exigiam um enquadramento em um padrão cultural só acessível para alguns – o que nesse momento especifico pairava em ares de equívoco –, houve a necessidade de se questionar todo esse conjunto teórico antes tão bem assentado. Ele já não era capaz de explicar muitos fenômenos e de dar conta das angústias advindas de uma desastrosa política imperialista.

Mesmo subjugadas, certas populações, ao mesmo tempo em que integradas no processo capitalista de produção (mas não incluídas), estavam alijadas dos seus “benefícios”. Em consequência, vai-se também pensar, através das teorias marxistas, no lugar dessas populações na sociedade ocidental e em mecanismos utilizados até então para colocar essas populações onde sempre estiveram: em um espaço de exclusão (BOTTOMORE, 2001; CANCLINI, 1983).

O desenvolvimento dessas ideias não só buscava explicações econômicas para o desenrolar desse histórico de domínio de uma classe sobre a outra (a chamada infraestrutura) como também inicia estudos no sentido de perceber qual o apoio ideológico que ampara essa dominação (o que foi denominado de superestrutura). Nesse último aspecto estão inseridas todas as formas de arte, a educação, as religiões, etc. Em outros termos, a superestrutura de Marx corresponderia à chamada armação cultural de um povo.

Surgiram, pois, os estudos sobre os “contatos culturais”, com início na década de 30, com os primeiros trabalhos versando sobre o tema da “aculturação”. Tal temática buscava explicar as aproximações entre a cultura “civilizada” e a cultura popular. Como afirma Canclini (1983, p. 46): “Com uma cândida benevolência, chamaram os exploradores de ‘grupo doador’ de valores e a reação dos oprimidos de ‘adaptação’”.

Essa preocupação revelada através das mais vertentes teóricas é gerada não só de debates acadêmicos como também – e principalmente – por conta da expansão imperialista com fins de ampliação do mercado, nos séculos XIX e XX. Não só buscava-se explicar os conflitos interculturais entre povos distintos como também conflitos gerados já mesmo dentro de cada sociedade, posto que o acelerado processo de industrialização tenha também trazido migração de populações camponesas com consequente formação de periferias em grandes cidades.

Houve, percebendo-se a problemática social também inserida nessas questões, estudos marxistas a respeito. No entanto, as explicações para o fenômeno cultural tendiam a ser muito econômicas ou extremamente vinculadas à ideia de imposição ideológica das classes dominantes. Gramsci começa a repensar o lugar científico do popular, contrapondo-se à ideia estática de cultura como folclore e explicando os fenômenos da cultura popular a

partir de disputas entre a cultura subalterna e a cultura hegemônica. Não só ele segue por esse caminho, mas outros, como Cirese, que vai pensar a cultura como uma dialética entre dominantes e dominados, gerando desníveis culturais.

Néstor Garcia Canclini critica tais posicionamentos por, no caso de Cirese, entender que falar em desníveis culturais “parece demasiado estático”, pois pressupõe “subidas” e “descidas” de níveis entre uma cultura e outra, não compreendendo bem a desigualdade cultural, hierarquizando as diferenças. Também observa em Gramsci essa tentação do “estático”, identificando que o autor considera cultura subalterna e cultura hegemônica como exteriores entre si, o que em extremos, levará muitos teóricos a um pensamento maniqueísta do tipo o que é hegemônico é negativo, o que é subalterno é resistência cultural, como em utilizações que foram feitas dos textos de Lombardi Satriani na América Latina, por exemplo (CANCLINI, 1983, p. 48).

As ideias marxistas também sofrerão críticas no correr do tempo, porém, foram fundamentais por incitar tal discussão antes inimaginada – ao menos nas proporções em que se desenvolveu – e por lançar basilaramente um questionamento: quais os interesses estão em jogo num processo cultural?

Esclarecendo, especificamente, o que está em jogo em torno da criação da “literatura” como a concebemos, entendendo o termo como parte do que é cultural entre as nações, Márcia Abreu, no capítulo intitulado *Letras, Belas-letras, Boas letras*, de abertura do livro *História da Literatura: o discurso fundador* (ABREU, 2003), demonstra, a partir de leituras históricas, como se deu a difusão do conceito de literatura que paira no imaginário coletivo. A autora demonstra a construção desse conceito como vital para a manutenção do status de uma camada erudita a partir do período em que a alfabetização começa a se difundir na França, após a Revolução Francesa.

Se inicialmente se podia considerar qualquer texto erudito como *belas-letras*, não necessariamente sendo esse texto um texto dito hoje como literário (poderia ser uma tese de biologia, por exemplo), o próprio termo literatura ainda nem existia em meados do século XVIII, só aparecendo em meados do século seguinte. Diz Abreu (2003, p. 1):

Em meados do século XVII, *Hamlet* havia sido escrito há mais de 150 anos, os *Lusiadas* estavam publicados há quase 200 anos, *D. Quixote* fora impresso há 160 anos e, entretanto, ainda não havia literatura. Molière, Swift, DeFoe, Corneille, Milton e Dante não escreviam literatura.

Literatura, enquanto termo conhecido teoricamente, existiria apenas mais tarde. Nascia da especialização dos saberes no intuito de elaborar distinções entre o estrato erudito da sociedade e a nascente burguesia, já que com as reformas introduzidas na França por Napoleão, a alfabetização era um processo difundido e o que era antes privilégio de alguns se tornava uso corrente: *saber ler*. Ora, se o fato de saber ler e escrever era antes uma marca de distinção, naquele momento caía por terra. Sendo assim, era necessário separar os cultos nobres (antes ditos letrados) dos alfabetizados burgueses – alfabetizados, mas

ditos por estes primeiros sem apuros de “gosto” e refinamento – o que nos faz retomar as análises sobre as distinções culturais, exploradas nos parágrafos anteriores.

Para reforçar tais ideias de *construção* do termo literatura, a autora cita o conceito de gosto em Voltaire – que dizia ser este pertencente a um reduzido número de almas privilegiadas, com exclusão dos burgueses, que estariam muito atarefados com a manutenção de suas fortunas para conhecê-lo – e no Abade Trublet, que afirmava que o bom gosto é, de modo algum, o gosto da maioria em geral, mas apenas o daqueles que têm qualidades, conhecimentos, ou seja, “o gosto mais comum entre as pessoas menos comuns” (Ibid, p. 19).

Assim, a literatura poderia ser pensada, nos moldes como recebemos o termo (uma literatura escrita, inspirada, feita por pessoas consideradas não comuns) e, adequando-o aos textos contemporâneos, o reforçamos, como sinal distintivo entre uns poucos, eruditos, e os demais, exatamente criado para reiterar essa distinção (Ibid., p.28):

A definição moderna de literatura se fez no momento em que entraram em cena *novos* leitores, *novos* gêneros, *novos* escritores e *novas* formas de ler. Escritores e leitores eruditos interessam-se fortemente em diferenciar-se de escritores e leitores comuns a fim de assegurar seu prestígio intelectual, abalado pela disseminação da leitura. Isso os levou a eleger *alguns* autores, *alguns* gêneros e *algumas* maneiras de ler como as melhores. Convencionaram chamar a isso de literatura.

Dessa maneira, chega aos dias de hoje um conceito de literário mais ou menos cristalizado, de tal modo que a prática de determinadas técnicas de análise e conceituação do poético tornam-se, aos olhos da maioria, “normais”. Assim, tem-se a naturalização de um conceito construído como modo de vigilância e controle cultural – o que implica também falar-se em vigilância e controle de espaços de poder, de lugares de fala. Com assinala Abreu (Ibid., p.29):

O desejo de controlar práticas culturais gerais assim como a vontade de fazer valer marcas de distinção social fizeram com que se inventasse, nos anos oitocentos, em países europeus economicamente desenvolvidos, um conceito que hoje parece a-histórico e universal: o conceito de literatura.

Há que se perceber que a concepção do que seja literário e poético faz parte de um contexto maior, que envolve a própria concepção do que é cultura. Desse modo, na tradição francesa seria impossível pensar em cultura sem se pensar na ideia de cultura universal, civilização, o que significava lutar contra a irracionalidade de uma ideia de tradição (muito inspirada no *ancien régime*, que impunha certas práticas comuns, além da própria força embasada na tradição da Igreja Católica medieval). A partir do Iluminismo, fica cada vez mais inconcebível expressar cultura como não sendo a mais elevada expressão racional de um povo (sobretudo o povo francês), a verdade contida nas leis naturais e sociais (KUPER, 2002, p. 26).

Para os franceses, afirmar a cultura como acúmulo de saberes universais, civilização,

era antes de tudo negar o irracionalismo tradicional, a fé “cega” inspirada no temor religioso. Era também reiterar o progresso, a ciência como descoberta da verdade sobre o mundo, o que significava também a verdade sobre as relações sociais e culturais.

Os alemães, ao revés, inspirados por um protestantismo antimaterialista, identificavam nesse pensamento – até então vigorante na Europa e nascido das ideias francesas – um reacionarismo, trazendo, pois, em contrapartida, a ideia de cultura como tradição nacional, fugindo do cosmopolitismo francês. Tal como afirma Kuper (2002, p. 27):

Na visão do Iluminismo, a civilização travava uma grande luta para vencer as resistências das culturas tradicionais, com suas superstições, seus preconceitos irracionais e suas lealdades temerosas a governantes sarcásticos [...].

Da parte do contrailuminismo, a definição de inimigo era civilização racional, científica e universal: o próprio Iluminismo. Associada a valores materiais, ao capitalismo e muitas vezes à política externa e à influência econômica, essa civilização ameaçava a cultura autêntica e condenava as artes seculares à obsolescência. O cosmopolitanismo corrompia a linguagem. O racionalismo perturbava a fé religiosa. Juntos, eles corroíam valores espirituais dos quais dependia a comunidade orgânica.

Esse pensamento alemão estava muito mais imbuído de um culto aos valores espirituais, individuais, incentivo das artes, com o intuito declarado de se opor ao materialismo, à ciência e à tecnologia, à burocracia, que eram para os alemães termos tão caros ao bem-estar humano. Todo esse conjunto de ideias e práticas que buscava mais as emoções que as razões foi designado de *Kultur*. No dizer de Laraia (2002, p. 25):

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocabulário inglês *Culture*, que 'tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade'. Com esta definição, Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição natal [...].

Identifica-se muito bem por tal declaração que a tradição inglesa vai assumir o propósito de reunir sob o vocábulo *culture* tanto a ideia francesa de acúmulo de conhecimentos quando a ideia alemã de conjunto de artes e moral. De qualquer maneira, nenhuma dessas tradições teóricas dava ainda conta de explicar as diversidades culturais sem centrar o foco no europeu como modelo cultural a ser seguido.

Não somente essa guerra ideológica se travaria sobre o conceito de cultura. Darwin, em seu *A origem das espécies*, de 1859, tentou explicar o comportamento humano através de respostas biológicas. Isso também valia para a cultura, já que segundo as ideias darwinistas, o cultural era o resultado manifesto de leis naturais. Desse modo, podia-se

dizer que havia raças inferiores e raças superiores (vocábulo que poderia ser substituído por civilizações). Segundo Darwin, os superiores acabariam dominando o ambiente por seus atributos mais evoluídos. Assim se poderia explicar racionalmente o porquê de tantas distinções entre os povos. Afirma Laraia (2002, p. 33):

Por detrás de cada um destes estudos predominava, então, a idéia de que a cultura desenvolve-se de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas "sociedades mais avançadas". Desta maneira era fácil estabelecer uma escala evolutiva que não deixava de ser um processo discriminatório, através do qual diferentes sociedades humanas eram classificadas hierarquicamente, com nítida vantagem para as culturas europeias. Etnocentrismo e ciência marchavam então de mãos juntas.

Tais concepções, embora hoje pareçam um tanto retrógradas ou mesmo preconceituosas, foram fundamentais para pensar nas outras formas sociais não-europeias. Inicialmente estudadas como o modelo de sociedades atrasadas culturalmente, será a partir do olhar para essas sociedades que se observará de modo mais atento e com maior sistemática as diferenças culturais entre os povos.

Somente após o Imperialismo se inaugura uma Antropologia Social que vai buscar deslocar o olhar do europeu e tentar explicar as outras realizações culturais. Inicialmente através do termo primitivo para identificar as demais culturas (muito se assemelhando em significado naquele momento como exploração teórica de culturas exóticas) é que se vão buscar tais explicações.

Assim, a teoria social e a teoria literária começam a pensar em termos culturais que não compreendem culturas hegemônicas como as culturas responsáveis pela ideia de civilização elevada, como algo dado e natural. Barthes já alertava para o perigo do "signo naturalizado" (BARTHES, 2007, p.53; 2004, p.40; EAGLETON, 2006, p. 203). Queria referir-se, com o termo, à passagem de ideias surgidas de uma realidade social (ou seja, não inatas) para uma naturalidade, a sensação de que tal termo sempre significou isto ou aquilo, ou que é da natureza deste signo significar o que o senso geral pensa que significa:

(...) o signo que se pretende natural, que se oferece como a única maneira concebível de ver o mundo, é por isso mesmo autoritário e ideológico. Uma das funções da ideologia é "naturalizar" a realidade social, fazer com que ela pareça tão inocente e imutável quanto a própria natureza. A ideologia procura transformar a cultura em Natureza, e o signo "natural" é uma de suas armas (EAGLETON, 2003, p. 203).

Há que se deixar esclarecido que não se pretende realizar uma cruzada antipoética ou se acreditar numa fabulosa conspiração dos eruditos para dominar determinado *locus* social em detrimento dos demais. Pelo contrário, tais movimentos são extremamente sutis, fugindo a uma visualização mais direta.

Se os eruditos eram tidos como os detentores do conhecimento geral, do conhecimento válido, científico, não é muito difícil se pensar que a sua concepção de

literatura, de poético, vá, ao longo dos tempos, difundindo-se como a correta. E isto não precisa estar expresso num tratado específico sobre o tema. Basta que se registre num dicionário o verbete *literatura* como uma modalidade de texto *escrito*, que goza de *bom gosto* e *apuro estilístico* e que esse conceito seja em outros momentos repetido, reelaborado, e então se tem uma maneira simples e eficaz de difundir *aquela* conceito de literatura, segundo a visão *daquela* parcela social, seguindo aqueles interesses específicos, nem sempre conscientes, nem sempre intencionais no momento dessa elaboração conceitual.

A partir dessa “criação” da literatura, vários críticos dedicaram páginas e páginas de seus estudos em pensar no fenômeno literário, em como ele se desenvolve e, sobretudo, como deve ser interpretado. A linguagem poética é por vezes afirmada como fruto de árduo labor técnico, por vezes como fruto da inspiração do autor, havendo ainda quem diga que o poético está não no modo como se faz o texto, mas no modo como é lido. Entre tantas possibilidades, vê-se que não só literatura e poesia são termos não pacificados, quanto a própria ideia de uma pretensa correta leitura, uma pretensa correta interpretação se faz divulgar. Diz Foucault (2004, p. 16) sobre essa “vontade de verdade”:

Voltemos um pouco atrás: por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (...). Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros de edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje (...).

Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro.

O que é problemático e que se torna a discussão sempre corrente na Teoria da Literatura é: a elaboração, o uso de novos gêneros literários que não estejam enquadrados nos clássicos padrões de gêneros (pode-se pensar, nesse caso, na ideia de gêneros lírico, épico e dramático), a revisitação de textos antes não considerados pela crítica. São ocorrências que não conseguem caber nos apertados padrões criados no início da modernidade para literatura e poética.

Assim sendo, as novas correntes da crítica ficam entre buscar distâncias cada vez maiores das correntes anteriores, consideradas já defasadas, muito embora a partir dos mesmos marcos teóricos, ou de certos conceitos que gerarão conflitos diante das novas ideias. Benedito Nunes, no prefácio que realiza para a obra *Teoria da Literatura “Revisitada”*, afirma que a Teoria da Literatura, em si, é totalmente plural: “Estamos diante do conceito de uma disciplina desdobrável no correr do tempo, (...) não há senão várias

Teorias da Literatura” (GONÇALVES e BELLODI, 2005, p.9).

Sendo, pois, “literatura” e “poética” dois conceitos fluidos – posto que mesmo diante da labuta incansável dos críticos, nunca houve como se chegar a qualquer consenso mais ou menos durável a respeito – como se pensar em enquadrar novas possibilidades em tais termos? Como analisá-los? Barthes (2004, p.174), em *O grau zero da escrita*, inquirindo-se sobre a possibilidade de se pensar um início para o trabalho de análise de uma obra literária – mais especificamente tratando da análise estrutural da obra – diz que

não se trata de obter uma ‘explicação’ do texto, um ‘resultado positivo’ (um significado único que fosse a verdade da obra ou sua determinação), mas, ao inverso, que se trata de entrar pela análise (ou o que se parece com análise), no jogo do significante, na escrita: numa palavra, realizar, pelo trabalho, o plural do texto.

Não é demais lembrar que o autor está em plena efervescência dos estudos linguísticos, herdados das ideias iniciais de Saussure, que se por um lado vão se dedicar às vezes até com certo exagero, como diz Barthes, ao jogo do significante, à escrita, por outro, ampliam sobremaneira o campo do que seja dito literário, ou analisável em tais condições: de um poema de T. S. Eliot a um anúncio colado em uma porta de lanchonete. Seria impossível, nesse caso, pensar no conceito literário de Voltaire como o único realizável.

Deste modo, a preocupação com o texto de uma forma geral não seria em aplicar a si ou não a tarja de “literário” ou de “poético”. Seria muito difícil, desse modo, encontrar tantas justificações para uma dita análise de qualquer gênero novo – ou apenas recentemente considerado pela Academia – como só o próprio trabalho de definir literatura, mais que árduo, seria impossível.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, Eagleton (2006) propõe não a melhor corrente da crítica, nem a forma correta de se analisar um texto literário, seguindo uma “ciência da literatura”, mas sim buscar o texto que se quer explorar, para só depois conformá-lo com as técnicas de leitura que melhor ajudarão nesse propósito.

Por isso, antes leituras (no plural, levando em conta a multiplicidade de aberturas interpretativas que um texto proporciona) que análise literária. “Serão inevitavelmente ‘reescritos’, reciclados, terão usos diferentes, serão inseridos em diferentes relações e práticas. Sempre o foram, é claro, mas um dos efeitos que a palavra “literatura” tem é o de nos impedir de enxergar isso” (EAGLETON, 2006, p.321). O que o autor propõe, chama de *retórica, teoria do discurso ou estudos culturais*.

Assim, o que morre não é a literatura ou a poesia, enquanto textos assim designados. Não morrerão com tais ideias Shakespeare ou Gonçalves Dias, Guimarães Rosa ou os Carmina Burana. Morrerá a ideia que temos de que literatura ou poesia existem, têm uma natureza específica, distinta de outras formas de texto, e são, por algum motivo nunca

plenamente explicado, especiais.

A reiteração de tal “natureza específica” aparta diversas possibilidades de leituras como apreciáveis, por critérios que não se conseguirá satisfatoriamente condensar e aplicar, de modo que a Academia, enquanto espaço legitimador de certos discursos, produtor de certas “verdades” ou “vontades de verdades”, sempre dará a martelada final no julgamento do texto enquanto literário ou poético.

Não significa, porém, que tudo o que já se produziu nesses espaços legitimados deva ser levado à fogueira. Há, em todas as correntes da crítica, ideias interessantes sobre a relação entre o texto, quem o produz e quem o consome. É somente a partir do desenvolvimento de tais concepções que se pôde chegar com pés mais ou menos firmados a uma problematização dessas próprias teorias e ideias.

Ademais, tal pluralidade a respeito das concepções de literatura não se dirige ao mero debate intelectual, propiciando a ampliação do olhar a respeito de manifestações populares como forma de criação cultural válida, e isso não apenas para os meios em que se “originam”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Letras, belas-letas, boas letras. In: ____ BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado das Letras, Associação da Leitura do Brasil (ALB) / São Paulo: Fapesp, 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. p. 267. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **O Grau Zero da Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONÇALVES, Magaly Trindade *et* BELLODI, Zina C. **Teoria da Literatura Revisitada**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KUPER, Adam. **Cultura**. A visão dos antropólogos. São Paulo: Edusc, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito Antropológico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SAVAGET, Luciana (org.). **Obra poética de Fernando Pessoa**. vol. 2. p. 528. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Artes 33, 90, 92

B

Biografia 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 75

C

Cidade 23, 39, 41, 45, 46, 49, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 92, 95, 96

Ciência 13, 33, 34, 35, 36, 93, 95

Cinema 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101

COVID-19 92, 93, 94, 95, 97, 102

Crítica 27, 29, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 60, 79, 82, 112, 117

E

Ensino médio 24, 80

Espaços do feminino 39, 42, 54

Espaço urbano 48, 53, 70

Espectro autista 103, 104, 105

G

Geografias urbanas 39, 42

I

Inovação 40

L

Letras 13, 14, 15, 27, 31, 37, 68, 78, 79, 80, 113, 117

Língua de acolhimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14

Linguística 1, 3, 4, 5, 8, 13, 20, 25, 26, 42, 80, 83, 84, 113, 115, 117

Literatura 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 54, 56, 58, 60, 71, 79, 80, 83, 89, 90, 91, 103, 104, 105, 117

N

Nomes 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 25, 28, 41, 88

P

Pandemia 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102

Perspectiva histórica 27

Poesia 35, 36, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78

Português brasileiro 26

Pronomes possessivos 15, 16, 19

T





Terminográfica 1, 2, 9, 12

Terminológica 1, 8, 9

Inovação e ciência

em

*linguística,
letras e
artes*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Inovação e ciência

em

linguística,

letras e

artes

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br